

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

MAISA TEREZINHA DA SILVA DA LUZ

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: O CASO DA ESCOLA
MUNICIPAL FRANCISCO MIRANDA NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA (RS)**

**São Borja
2024**

MAISA TEREZINHA DA SILVA DA LUZ

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: O CASO DA ESCOLA
MUNICIPAL FRANCISCO MIRANDA NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA (RS)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências Sociais
- Ciência Política da Universidade Federal
do Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharela em
Ciências Sociais - Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Júnior Damin

**São Borja
2024**

MAISA TERESINHA DA SILVA DA LUZ

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO MIRANDA NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA (RS)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais-Ciência Política, da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais-Ciência Política.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 17/12/2024.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Cláudio Júnior Damin

Orientador

(UNIPAMPA)

Prof^ª. Dr^ª. Claudete Robalos da Cruz

(UNIPAMPA)

Prof. Dr. Luis Gustavo Teixeira da Silva

(UNIPAMPA)

Prof. Dr. Janilton Fernandes Nunes

(UNIPAMPA)



Assinado eletronicamente por **CLAUDIO JUNIOR DAMIN, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 20/12/2024, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **LUIS GUSTAVO TEIXEIRA DA SILVA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 20/12/2024, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **JANILTON FERNANDES NUNES, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 20/12/2024, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **CLAUDETE ROBALOS DA CRUZ, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 20/12/2024, às 19:37, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1632087** e o código CRC **97B36B2D**.

Dedicatória

Dr.Cláudio Junior Damin “Obrigado por sua presença constante e apoio incondicional”.
GRATIDÃO!

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho de conclusão de curso não seria possível sem o apoio e a contribuição de muitas pessoas.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por me conceder saúde, força e perseverança ao longo dessa jornada.

Aos meus filhos, Alexandre Silva da Luz, Taísa Silva da Luz e à minha caçula, Bruna Gabriele Silva da Luz, gratidão pelo apoio recebido. Especialmente à minha neta, Isis Gabriele da Luz da Rosa, que desde os seus três anos de vida passou madrugadas ao meu lado enquanto eu me dedicava aos estudos. Agradeço pelo amor incondicional, pelos ensinamentos e pelo apoio nos momentos mais desafiadores. Vocês são minha base e minha maior inspiração.

Aos meus professores, em especial à Rebeca Magalhães, ao professor Ronaldo Bernardino Colvero e ao coordenador Dr. Luís Gustavo Teixeira, pela paciência e dedicação. Agradeço também ao meu orientador, Dr. Cláudio Júnior Damin, pela orientação paciente, confiança e incentivo em cada etapa desse trabalho. Sua dedicação foi essencial para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

Aos meus colegas e amigos, agradeço por compartilharem comigo essa caminhada, pelos momentos de aprendizado conjunto e pelo apoio mútuo nos momentos de dificuldade.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

A Universidade Federal da UNIPAMPA de São Borja, minha gratidão pelo privilégio de concluir o curso de Ciências Sociais - Ciência Política no período de 2020/2024. A cada um de vocês, minha sincera gratidão!

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo compreender a importância das políticas públicas de educação infantil, aprimorando a promoção de uma educação de qualidade e inclusão, com foco na Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Miranda, localizada em São Borja, Rio Grande do Sul. A metodologia usada nessa pesquisa resulta de uma pesquisa qualitativa fechada, destacando alguns questionários com perguntas estruturadas, além da parte fundamental bibliográfica. A análise dos resultados revelou o impacto das políticas públicas na nova implementação no cotidiano escolar. Os desafios têm sido constantes. É possível confirmar que o desafio entre gestores, professores e alunos tem mudado esse cenário, travando assim o desenvolvimento e amadurecimento de uma estrutura capaz de extrair soluções dentro do contexto, usando a tecnologia inerente aos métodos de ensino atuais, entre outros meios. O MEC fortalece políticas públicas para as escolas, como o Plano Nacional de Educação (PNE).

Palavras-chave: Políticas Públicas, Educação Infantil, inclusão.

ABSTRACT

This Course Conclusion Paper (TCC) aims to understand the importance of public policies for early childhood education, improving the promotion of quality education and inclusion, with a focus on the Francisco Miranda Municipal Elementary School, located in São Borja, Rio Grande do Sul. The methodology used in this research results from a closed qualitative study, highlighting some questionnaires with structured questions, in addition to the fundamental bibliographical part. Analysis of the results revealed the impact of public policies on the new implementation in everyday school life. The challenges have been constant. It is possible to confirm that the challenge between managers, teachers and students has changed this scenario, thus hindering the development and maturing of a structure capable of extracting solutions within the context, using the technology inherent in current teaching methods, among other means. The MEC strengthens public policies for schools, such as the National Education Plan (PNE).

Keywords: Public Policies, Early Childhood Education, Inclusion.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 6 |
| 1. POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO INFANTIL..... | 7 |
| 2. O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO MIRANDA..... | 11 |
| 2.1.1 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS | 14 |
| 2.1.1 O PONTO DE VISTA DA GESTÃO ESCOLAR | 14 |
| 2.1.3 O PONTO DE VISTA DOS ESTUDANTES..... | 18 |
| 2.1.4 O PONTO DE VISTA DOS MONITORES..... | 18 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 20 |
| 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 22 |

INTRODUÇÃO

A educação escolar se constitui em meio ao conjunto de condições que precisam ser constantemente discutida e problematizada dentro aos quais podemos destacar os currículos escolares, as políticas públicas, falta de recursos, baixas qualidade de ensino, salários insuficientes dos professores e o desinteresse dos alunos, são os principais problemas da educação pública no país.

Diante desse contexto, o presente Trabalho de Conclusão de Curso pretende abrir a discussão acerca da existência de políticas públicas de educação infantil em âmbito nacional e municipal do Rio Grande do Sul em São Borja tomando como referência a Escola Municipal Francisco Miranda. O problema de pesquisa busca entender da seguinte forma: como que a referida escola vem cumprindo as metas em relação às políticas públicas de educação infantil como a Plano Nacional de Educação, Lei de Diretrizes e Bases ou o Estatuto da Criança e Adolescente em seus direitos?

A relevância social do presente estudo está o fato de compreender os enigmas que proporcionam analisar e avaliar as políticas públicas na educação infantil no Brasil e no município de São Borja na determinada E.M.F.M (Escola pública Municipal Francisco Miranda).

Este trabalho resulta de uma pesquisa qualitativa embasada nas políticas públicas de educação infantil e que objetivou compreender os desafios da problematização, impactos e resoluções a partir de implementação dessas políticas públicas. Foi realizada pesquisa bibliográfica e coleta e dados a partir da entrevista com o gestor da Escola Pública Francisco Miranda. O estudo justifica-se porque as políticas públicas influenciam na educação com grande importância pois garantem acesso ao direito universal da educação.

1. POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO INFANTIL

Em geral, as políticas públicas são elaboradas dentro do aparato institucional legal do Estado, embora as iniciativas e decisões tenham diversas origens. Relacionadas a essa visão estão as teorias da governança pública (RHODES,1996;GOODIN;Re In; MORAN, 2008), da coprodução do bem público (SEM HARDT,2012) e das redes públicas (BORZEL, 1997, KLIJN ,1998).

Um problema existente quando os status quo é considerado inadequado e quando existe a expectativa do alcance de uma situação melhor (SECCHI). Já um problema público possui implicações para uma quantidade considerável de pessoa, ou seja, é relevante para a coletividade.

O Estado deve ter seu papel reforçado, especialmente para enfrentar problemas distributivos, assimetrias informativas e outras falhas. No entanto acreditamos que o estado não é o único a Protagonizar a elaboração de políticas públicas. Filiamo-nos portanto abordagem multicêntrica por vários motivos.

A abordagem multicêntrica adota o enfoque mais interpretativo e, por consequência menos positivista do que seja a política pública. A interpretação do que seja uma política pública a enfrentar um problema público a flora nos atores envolvidos com o tema(as Policy makers, os policy takers, os analistas de políticas públicas, a mídia, os cidadãos em geral). A abordagem multicêntrica evita uma pré análise de personalidade jurídica de uma organização antes de enquadrar suas políticas como sendo públicas.

A abordagem multicêntrica; permite um aproveitamento do instrumental analítico e conceitual da área de políticas públicas para um amplo espectro de fenômenos políticos administrativos de natureza estatal.

A distinção entre a esfera pública e privada; faz mais sentido que a distinção entre a esfera estatal e a esfera não estatal. O papel do estado varia em cada país e muda constantemente dentro de um mesmo país uma pluralidade de atores protagoniza o enfrentamento dos problemas públicos(FREDERICKSON,1999).

O estado tem exclusividade em criar instrumentos legais punitivos legítimos, para punir os que não cumprem as leis. Por outro lado, os atores sociais tem acesso a outros instrumentos de políticas públicas (informação, campanhas prêmios, incentivos positivos, prestação de serviços etc.). Em outras palavras, coerção é um mecanismo de política pública, mas não o único.

A frase de Heidemann (2009 a p.31) ilustra bem essa delimitação: "perspectiva de P.P. vai além da perspectiva de políticas governamentais". São os contornos da definição de um problema público que dão à política ou adjetivo "pública".

O presente capítulo propõe a discussão sobre a educação infantil no âmbito das políticas públicas. As políticas públicas surgiram com o intuito de assegurar os direitos e deveres das pessoas e quais os desafios e as possibilidades que as crianças enfrentam para ingressar na educação infantil e o direito que as crianças têm no âmbito educacional.

As políticas públicas de educação infantil em âmbito nacional, estadual e municipal devem ser articular às políticas da:

1. Saúde;
2. Direitos humanos;
3. Assistência social;
4. Justiça;
5. Cultura, mulher e diversidade.

As políticas públicas têm o objetivo de aumentar o acesso à educação no Brasil e garantir que toda pessoa tenha direito ao ensino de qualidade.

O PNE (O Plano Nacional de Educação Infantil), define ampliação da oferta de forma atender em, em 5 anos, 30% da população de até 3 anos de idade e 60% da população de 4 a 6 anos ou 4 e 5 e, até o final da década Alcançar a meta de 50% das crianças de 0 a 3 anos e 80% das de 4 a 5 anos(meta 1).

O Ministério da Educação (MEC) diz sobre a educação infantil que é uma etapa fundamental e diferenciada da educação básica ela não é organizada, por exemplo, em área do conhecimento, como ensino fundamental e o médio.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reforçou os Direitos da criança e do adolescente no acesso e permanência na escola, estabeleceu que as crianças sejam tratadas com respeito, mas não significa que os professores devem deixar de orientá-los, considerando o fato de que são "sujeitos em formação". Exemplo: a velha máxima do direito implica em afirmar que "a cada direito corresponde em um dever, e isso vale para todos".

A Lei de Diretrizes de Bases da Educação (LDB, lei 9394/1996) em seu artigo 14 prevê que:

Art. 14. Lei dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal definirá

as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

III - participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares e em Fóruns dos Conselhos Escolares ou equivalentes.

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: a) participação dos profissionais de Educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; b) participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (LDB lei 9394/96). Ao analisar a política pública de educação infantil percebe-se um conteúdo concreto simbólico das decisões políticas. As diretrizes da política pública são elaboradas para enfrentar um problema público.

O Plano Nacional de Educação (PNE) contribui intensamente para a implantação de políticas públicas voltadas ao atendimento das crianças, visando a qualidade e promoção das condições educacionais básicas. Sendo assim obrigatoriedade da oferta de educação prevista na Constituição Federal, representando um avanço para educação infantil.

O objetivo específico de educação infantil é estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças fortalecendo sua autoestima e ampliando gradativamente as suas possibilidades de comunicação e interação social. O objetivo maior da política pública de educação infantil é encontrar soluções para os grandes desafios sociais na educação, diminuindo assim diferentes níveis de escolaridade, bem como as desigualdades sociais dentro da sala de aula.

Os principais objetivos na política nacional são, além disso, fortalecer as relações entre as instituições educação infantil e as famílias e /ou responsáveis pelas crianças de 0 a 6 anos matriculadas nessas instituições. Garantir o acesso de crianças com necessidade educacionais especiais nas instituições de educação infantil.

São exemplos de políticas públicas distributivas para educação às poda de árvores, os reparos em uma creche, a implementação de um projeto de educação ambiental ou limpeza de currículo dentre outros. O seu Pajé 4 financiamento é feito pela sociedade como um todo através do orçamento geral de um estado.

Os documentos regulatórios para educação infantil referencial curricular

nacional para a educação infantil(RCNEI)(BRASIL,1998) são as Diretrizes curriculares para educação infantil (DCNEI) (Brasil, 2009) ;lei de diretrizes e bases da Educação Nacional (LDBEN),lei número 9.394/96 (Brasil, 1996 estabelecem princípios norteadores da educação infantil.

Há um impacto das políticas públicas educacionais. É necessário que as políticas públicas educacionais no contexto escolar, contém as instituições não apenas como espaços de atuação docente, mas também como locus da formação desse profissional, propiciando tempo espaço para estudos coletivos, transformação dos práxis pedagógico e, conseqüentemente, desenvolvimento pessoal.

Visões idealizadas defendem que, apesar da existência de limitações e constrangimentos, este não inibe a capacidade das instituições governamentais de governos a sociedade (Peters, 1998: página 409), apesar de tornar a atividade de governar e de formular políticas públicas mais complexas.

Aprofundando um pouco mais as contribuições do chamado neo institucionalismo para a área de políticas públicas, sabemos que, de acordo com os vários ramos desta teoria, as instituições são regras formais e informais que moldam o comportamento dos atores.

A contribuição do Neo institucionalismo é importante porque a luta pelo poder e por recursos entre grupos sociais é o cerne da formulação de políticas públicas.

2. O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO MIRANDA



(Escola Francisco Miranda- São Borja/RS- Fonte: Facebook/Arquivo pessoal)

Ao escolher a escola municipal Francisco Miranda, creio que fiz uma excelente escolha, por ser uma escola pública de Periferia ,escola de porte pequeno no bairro do Passo, distante do centro de perfil populacional de trabalhadores de baixa renda financeiramente. Escolhi por ser de fácil acesso assim, reduzindo os custos com transporte. Já que resido no endereço próximo dessa escola, assim entendendo melhor o contexto e necessidade locais. Além disso, ao ter como objeto de estudo do meu TCC esta escola, perto de casa facilitou-me nos acessos a recursos na parte da comunicação com professores gestores e alívio do estresse.

Este educandário foi fundado em 02 de junho de 1953, na administração do então Prefeito Municipal, ORY REY Dornelles, localizada na Rua Visconde do Rio Branco, quando se chamava Grupo escolar Francisco Miranda, após o ato normativo de autorização de funcionamento. Decreto de criação número 1380 de 13 de Fevereiro de 1978, passou a ser chamada de Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Miranda.

Durante sua história este educandário teve os seguintes diretores: Joaquina Muniz, Rejane Aranda Scalcon, CLECI Pinto Guimarães, Maria Azevedo de Bortolli Cármen Maria Martins dos Santos, Rita de Cássia Matoso, Rosane C.Dutra, Eliana

Dornelles e Gilmar Brum Farias. Atualmente situa-se na travessa Elvira Serpa 260 no bairro do Passo, na área urbana da cidade funcionando em dois turnos, manhã e tarde, atendendo alunos da Educação Infantil ao 5º ano. Atualmente a escola atende 6 turmas de educação infantil e 11 turmas do Ensino Fundamental dos anos iniciais.

A comunidade escolar provém de alunos, em sua maioria provenientes de famílias de baixa renda. Sendo que em grande parte recebe auxílio do programa social do Governo Federal.

No ambiente social a escola possui como concepção do processo de alfabetização a oportunidade de seus alunos em ampliar seus autoconhecimento, comunicação e interação social. Este espaço escolar proporcionando aos educandos possibilidades de interação e troca de saberes, a infraestrutura escolar deve ser considerada uma ferramenta de aprendizagem, oferecendo oportunidades ilimitadas no meio de estímulo do desenvolvimento social, motor e sensorial do aluno.

É interessante analisar os desafios e oportunidades significativas e análise de implementação da Política Pública de Educação infantil na Escola Municipal Francisco Miranda e como ela enfrenta esses desafios que afetam a qualidade de ensino oferecido aos alunos.

Na Escola Municipal Francisco Miranda, o Gestor dessa escola vem atuando desde (2020) incluindo assim a quarta gestão. Em entrevista aberta conclui se que a determinada escola (E.M.F.M) recebe verbas mais da UNIÃO (do órgão federal), o PDDE básico, essa verba é para a manutenção da escola, para melhorar a infraestrutura. Há os recebimentos de verbas do Tempo Aprender para todo o programa de 2023. O principal objetivo do programa: fomentar a criação de matrículas de jornada integral: em todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

Mas em 2024 a escola Municipal Francisco Miranda não foi beneficiada. O PPP é documento fundamental na busca constante por significar e ressignificar na sua identidade, por isso o envolvimento de toda a comunidade escolar é fundamental para que os objetivos sejam alcançados. A essa maneira, o PPP foi construído por meio de reuniões pedagógicas e grupos de estudos com os objetivos específicos esse projeto aponta diretrizes que nortearão o processo de ensino aprendizagem em nossa escola sendo, construída de forma coletiva pois, acredita-se que a concepção pedagógica não pode ser pensada e imposta apenas pela direção da escola. Ao construirmos o projeto político pedagógico, partimos de estudo sobre a concepção pedagógica,

princípios filosóficos, corrente históricas da educação. Buscamos fazer junto à comunidade escolar análise sobre a realidade vigente.

Entretanto, vale ressaltar que a organização do trabalho pedagógico além de ser imprescindível é também uma exigência legal, à elaboração da PPP está prevista na legislação vigente; Lei de diretrizes e base da Educação Nacional, terão incumbências de elaborar e executar sua proposta pedagógica. Assim, conforme o diretor, “nossa escola pretende estabelecer condições e realizar um trabalho fundamentado no projeto emancipatório, onde seja possível desenvolver o pensamento crítico como possibilidade de exercício da democracia”.

O diretor informou que dos municípios poucos recebem os valores das verbas(água e luz). Observação: recreação da escola (verbas da escola);verbas em capital e custeio, dependendo do programa vem em ordem separadas ela varia porque, ela depende ano a ano. Um dos grandes fatores que contribuíram para a desvalorização da Educação Infantil, na qual se refere sobre a falta de valorização dos profissionais que trabalham com essa etapa da educação, na crença de que para trabalhar com crianças pequenas é preciso somente ter vocação. A política pública interfere no nosso cotidiano para ajudar a reduzir a desigualdade social em um país e poder ser utilizado como ferramenta da inclusão social. O legislativo cria as leis referentes a uma determinada política pública e o Executivo é responsável pelo planejamento de ação e pela aplicação da medida; que em tese deve refletir os anseios da maioria da população.

A secretaria municipal de Educação São Borja (SMED) é o núcleo de alimentação escolar da Secretaria Municipal de Educação do Rio Grande do Sul , tem como principal responsabilidade e função gerenciamento das verbas Federais e municipais e relativas para alimentação escolar ,aquisição e distribuição da merenda escolar e o controle do almoxarifado alimentação escolar. SMED troca rápida de ferramentas infantil até 5 anos de idade que tem com finalidade e desenvolvimento integral da primeira etapa de Educação Básica, é oferecida em creches para criança de até 3 anos de idade para escolas para crianças de 4 e 5 anos de idade.

Essas políticas públicas são implementadas pelo governo federal ,municipal e estadual em parceria com instituições de ensino, para melhorar a qualidade da educação infantil em São Borja.

Segundo o diretor, “desenvolver políticas públicas voltadas para educação,

podem influenciar a qualidade de educação, portanto transformam o ambiente escolar, evitando a evasão e o abandono dos estudos e conseqüentemente, influenciando na qualidade de vida dos brasileiros apresentando efeitos em diferentes setores”. Ainda conforme o diretor, a educação Municipal da Escola Municipal Francisco Miranda, São Borja ,Rio Grande do Sul oferece toda a estrutura necessária para o conforto desenvolvimento Educacional dos seus alunos; tem sido fundamental uso da política pública da conversão e da negociação são essenciais para que pendências entre diversos interesses sejam se não educacionais pelo menos equiparadas, tendo como objetivo benefícios comuns recursos necessários para entendimento.

As políticas públicas na educação infantil correspondem às medidas tomadas no âmbito governamental para desenvolver o sistema pedagógico em todos os níveis e também a garantia no sentido de fazer valer o direito previsto na Constituição Federal nos termos do artigo 205. A finalidade da implementação é fazer atividade do processo da política pública em que a instituição e recursos são convertidos em Ação que deve gerar os produtos e resultados pretendidos pelas políticas públicas.

2.1.1 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ferramenta usada: um breve questionário, dirigido ao Gestor com a finalidade de questionar como as POLÍTICAS PÚBLICAS vêm atuando na Escola Municipal Francisco Miranda e qual a avaliação das metas, finalidade, distribuição de verbas, desafios, infraestrutura, resolução dos problemas e inclusão.

2.1.1 O PONTO DE VISTA DA GESTÃO ESCOLAR

A) Como essa escola vem cumprindo as metas em relação às políticas públicas da Educação Infantil como LDB, ECA,PNE, FNDE,FUNDEB E PCE?E como funciona na escola esse programa, o caminho da escola?

Diretor - A escola trabalha no sentido de potencializar a capacidade intelectual, cognitiva e social das crianças na educação infantil, pois é nessa etapa que os alunos aprendem a trabalhar a autonomia para interagir, questionar, comunicar-se, resolver problemas e refletir. Sendo assim, o PNE contribui intensamente para a implantação de políticas públicas voltadas ao atendimento das crianças, visando a educação de

qualidade e promoção das condições educacionais básicas.

C) como vocês justificariam o porquê as políticas públicas influenciam na educação infantil?

Diretor - As políticas públicas na educação garantem o acesso ao direito universal à educação. Seu objetivo é garantir que as pessoas tenham direitos garantidos por lei. Essas medidas são uma parte importante da administração pública, pois representam programas governamentais que visam melhorar a sociedade e atender a necessidade de cada cidadão.

D) Quais são as políticas públicas brasileiras que estão presentes na escola municipal Francisco Miranda de São Borja?

Diretor - A escola trabalha no sentido de fazer valer o direito previsto na Constituição Federal nos termos do artigo 205, promoção de Educação Especial com o fator de inclusão escolar, promoção e desenvolvimento na Educação Básica e resgate da Cidadania da Criança e do Adolescente em situação de risco.

E) Qual a finalidade do Tempo de Aprender?

Diretor - O programa Tempo de Aprender tem como objetivo fortalecer e apoiar as escolas no processo de alfabetização, para fins de Leitura, escrita e matemática, dos Estudantes nos 1º e 2º anos do ensino fundamental

F) Como funciona o pagamento à assistente da alfabetização?

Diretor - Os recursos, na categoria de custeio, são utilizados a fim garantir o apoio adicional ao ressarcimento de despesas do assistente de alfabetização, e para segurar a aquisição de materiais pedagógicos utilizados em sala de aula. Os recursos transferidos são empregados no ressarcimento de despesas com transporte e alimentação dos assistentes de alfabetização, na aquisição de material de consumo, como apontador, borracha, cola em bastão, entre outros itens. As atividades desempenhadas pela assistente de alfabetização são consideradas de natureza voluntária, na forma definida na lei nº 9608, de 1998 sendo obrigatório a celebração dos termos de adesão e compromisso do voluntário. Os professores alfabetizadores e os assistente de alfabetização selecionados deverão realizar o curso online de

práticas de alfabetização do programa Tempo de Aprender, afine garantir o apoio e suporte pedagógico orientador e formativo para as escolas desenvolverem, com êxito, processo de alfabetização. Os recursos financeiros do programa Tempo de Aprender para cobertura de despesas de custeio serão liberados em favor das UEX que representam as unidades escolares indicada pela secretaria municipais, estaduais e distrital de educação, dentre aquelas que possuam menos uma turma com, no mínimo ,10 matrículas no 1ºano e / 2º ano do ensino fundamental, e que tenham sido validadas pela Secretaria de Educação Básica SEB/ MEC. No corrente ano,a escola não foi contemplada com o Programa de Tempo de aprender.

G) A escola recebe crianças especiais e tem monitora para elas? Quantas crianças são? Quantas monitoras?

Diretor - Sim, todo aluno que apresenta o laudo médico sugerindo um monitor e acompanhado por esse profissional. Os monitores são disponibilizados pela mantenedora(SMED).Hoje, a escola possui 11 alunos PCDs com monitores.

H) Ao corpo que integra a escola municipal Francisco Miranda quantos alunos no total há no total e evasão escolar quantos?

Diretor - O quadro de pessoal é formado por 22 professores e 11 funcionários em Total são 243 alunos da Educação Infantil ao 5º ano. A escola, através de serviços de orientação Educacional e realiza um trabalho de busca ativa com os alunos de baixa frequência evitando assim a evasão escolar.

I) Em 2023 houve o uso de tecnologia que é um estímulo personalizado ao aprendizado das crianças e adolescentes de trabalho e habilidades emocionais. Houve mudança na aprendizagem das crianças? O que facilitou no aprendizado das crianças?

Diretor - Sim. A escola disponibiliza de lousas interativas e um quadro interativo. O principal objetivo do uso das tecnologias na escola é formar alunos mais ativos, de modo que o professor e a tecnologia se tornem mediadores desse processo, tornando a aprendizagem mais eficaz.

J) DE 2020 até 2024 Quais as reformas na infraestrutura da Escola Municipal

Francisco Miranda houve nesse determinado tempo, quando começou essas reformas e com quais verbas?

Diretor - A escola, na medida do possível, realiza reparos e melhorias no que se refere à infraestrutura da escola, para tal, faz uso de verbas federais, bem como verbas oriundas de promoções da escola. Nos últimos anos a escola realizou algumas reformas e melhorias como: revitalização da pracinha da Educação Infantil, extensão da área de cobertura de um lado do prédio, pinturas das salas de aula, entre outras melhorias.

L) Na sua primeira gestão houve reformas na infraestrutura? Quais as mudanças até a sua segunda gestão?

Diretor - Sim. Extensão da área coberta do saguão e pinturas nas salas de aula.

M) Quais os desafios que você mais obteve dificuldade entre as suas duas gestões?

Diretor - A maior dificuldade de um gestor, diz respeito à aquisição de mão de obra para realizar melhorias na infraestrutura, por exemplo, bem como gerir o quadro de recursos humanos na escola.

2.1.2 O PONTO DE VISTA DOCENTE

ENTREVISTADA: docente Rosane Nolibos Savian (escola pública municipal Francisco Miranda, passo de São Borja). No relato a docente Rosane N. Savian critica o método moderno referindo-se que o método tradicional era mais viável. As dificuldades foram a inclusão do qual foi jogada pelo sistema nas escolas públicas mas não deram a capacitação o preparo da parte digital, só rascunho na mão o planejamento todo digitalizado, os lançamentos de aula e notas nas plataformas novas ferramentas. Houve falha no sistema, uma política pública sem estrutura, Muita atividade lúdica, leitura, história, uma turma de conversa. O tempo aprender surgiu como algo positivo a fim de ajudar as crianças a desempenhar papel importante na aprendizagem. É fundamental um esforço conjunto do Governo, da sociedade e da comunidade escolar para conhecer a fundo o problema, de bater as diversas visões enfrentar a cultura do fracasso escolar. Para combater o fracasso deve-se avaliar

também como as dificuldades da professora ou a má-formação, podem prejudicar a aprendizagem dos educandos. Resolução do problema ;aprendizagem por desafios : o estudante se esforça para encontrar soluções dentro de um contexto, usando tanto a tecnologia, que é inerente aos métodos de ensino atuais, como outros meios.

2.1.3 O PONTO DE VISTA DOS ESTUDANTES

ALUNOS ENTREVISTADOS - Aos alunos entrevistados na escola municipal Francisco Miranda vem a declarar os pontos de abordagem. Nesse contexto, sobre a implementação da política pública na educação infantil nessa escola, de como ela foi aceita e seus desafios ,desigualdade e burocracia e a falta de apoio familiar; alunos entre quarta e quinta série entrevistados declararam que houve melhoria na infraestrutura da escola do qual trouxe benefícios para ambos. Mas também surgiram os desafios trazendo com eles a dificuldade no processo de aprendizagem, com essas novas mudanças digitais eles ,esperam se adaptarem à esse novo sistema digital; pois cada aluno oferece uma perspectiva valiosa sobre a implementação da política pública na educação infantil.

2.1.4 O PONTO DE VISTA DOS MONITORES

MONITORAS ENTREVISTADAS - As monitoras da escola Municipal Francisco Miranda declara, estar ciente da implementação da Política Pública de Educação infantil, na rede municipal. Houve um grande impacto das políticas Educacionais a PNE desdobram-se para cumprir os objetivos propostos na Constituição Federal (Art.205- visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da Cidadania e sua qualificação para o trabalho).

Tem sido um certo desafio tanto para as monitoras, quanto para as crianças no processo da aprendizagem pois, há uma desigualdade na acessibilidade física e tecnológica. Há falta de recursos para melhor adaptação das crianças especiais que exigem mais atenção. A monitora enfrenta dificuldades diárias pois, os pais e a comunidade reagem negativamente nesse suporte. Nessa abordagem creio que a Política pública de Educação infantil deveria, encontrar soluções e propostas para melhorar o programa de inclusão e capacitar professores num apoio psicológico e

terapêutico, para q a criança não Sofra com a desigualdade social ,digital e, que seus valores e princípios sejam respeitados por lei das diretrizes que ressaltam um papel importante dentro da Política Pública como uma solução para o problema público em destaque no momento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No término desta pesquisa tivemos a certeza de que faltava muita coisa para se pensar e concluí-lo. Trouxe benefício enriquecedor um grande conhecimento científico desse contexto histórico sobre a ciência política na educação infantil no Brasil e no município de São Borja.

Este Trabalho de Conclusão de Curso é resultado da pesquisa com recurso de artigos literários de ciência política da terceira edição de conceitos básicos. Autor: Leonardo SECCHI Fernando de Souza Coelho e Valdemir Pires, Agradeço pelas dados fornecidos perante pesquisa vem salientar sobre o governo, políticas públicas e elites políticas no estado brasileiro é uma importante contribuição para a compreensão e diversidade das experiências notória sobre a ciência política e ciências educação infantil no Brasil e nos municípios são investigados as relações da implementação e características da Ciência Política.

De maneira simples a política pública é um processo (com uma série de etapas e regras) que tem como objetivo resolver um problema público é adotado para solucionar problemas pertinentes o presente artigo busca retomar o histórico dos estudos sobre políticas públicas no Brasil resgatando a construção desse Campo, esfera de Poder Legislativo executivo que tem missão de cumprir as metas que estabelecem diretrizes e base educação infantil no Brasil. Por fim, agradeço pela oportunidade de contribuir com essa produção científica abordando, vários conceitos metodologias através de políticas públicas diagnósticos e problemas recomendações e soluções.

Na Escola Municipal Francisco Miranda, na gestão como diretor Gilmar Brum Farias (atuando desde 2020). Em entrevista aberta conclui-se que a determinada escola (E.M.F.M):

1. Recebe verbas mais da UNIÃO (do órgão federal);
2. Do PDDE básico, essa verba é para a manutenção da escola;
3. Recebimentos de verbas do tempo para aprender para todo o programa de 2023;
4. Pagamentos à assistente de alfabetização;
5. Despesas de materiais, subsídios de primeira e segunda série.

Ao concluir essa pesquisa no qual postulou inicialmente em compreender o contexto histórico da educação infantil. Assim com o trabalho realizado diante das

leituras realizadas a partir do referencial teórico analisando, buscarei entender numa futura pesquisa mais aprofundada no município como estaria definida a qualidade da educação infantil atualmente no Brasil e no próprio município de São Borja.

Então, fazer parte de uma universidade federal, até o momento era um sonho para mim. A Unipampa de São Borja no processo seletivo agraciou com uma oportunidade e recursos financeiros facilitando assim, a minha trajetória durante o percurso do curso de Ciências Sociais e Ciências Políticas, foram quatro anos intensivos (oito semestres) do qual foquei 100% nos estudos, se foi fácil, acredite não foi! De pouca habilidade na parte digital passei por várias inseguranças durante o percurso mas determinada a atingir a minha meta segui em frente, contei com o apoio do corpo docente da Universidade Federal do Pampa (Unipampa); coordenador e orientador, pessoas altamente qualificadas; Doutor e Doutora especialistas na área do curso de Ciências Sociais e Ciência Política da Universidade Federal do Pampa de São Borja. Meus agradecimentos a todos os professores e colegas que fizeram parte dessa experiência única em minha vida e descobrir o grande potencial que havia em mim, só enriqueceu-me com auto conhecimento científico trouxe-me novos desafios e descobertas. “A educação muda a vida das pessoas pois abre portas para outras esferas da sociedade e para um futuro promissor, amplia os horizontes e transforma as vidas, permitindo desenvolver o pensamento crítico e a moral.”

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÖRZEL, Tanja. “**Qué tienen de especial los policy networks?** Explorando el concepto y su utilidad para el estudio de la gobernación europea”, 1997. Disponível em: <[http://seneca.uab.es/ antropologia/redes/redes.htm](http://seneca.uab.es/antropologia/redes/redes.htm). Acesso em 11 de dezembro de 2024.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases**. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. BRASIL.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2014.

FREDERICKSON, H. George. 1999 John Gaus lecture. **A distinção entre a esfera pública e privada** — the repositioning of American public administration. PS: Political Science & Politics, p. 701-711, Dec. 1999.

HARDT, Sibila C. de A. L. **Política habitacional de baixa renda e a atuação do capital privado: o Programa de Arrendamento Residencial em Presidente Prudente (SP)**. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 5, n. 1, p. 107-117, jan./jun. 2012.

HEIDEMANN, F. G. **Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento**. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Org.). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UNB, 2009. p. 23-39.

KLIJN, E. H; KOPPENJAN, J.; TERMEER, K. **Managing Networks in the Public Sector**: A theoretical study of management strategies in Policy Networks. Public Administration, v. 7, n. 4, p. 437-454, 1998.

PETERS, Michael. "**Pós-estruturalismo e Filosofia da Diferença**". Pós-estruturalismo e filosofia. Editora Autêntica. São Paulo. 1º edição. 1998.

RHODES, R. A. W. **Policy network analysis**. In: MORAN, Michael; Rein, Martin; Goodin, Robert E. (Eds.). The Oxford Handbook of public policy. New York: Oxford University Press, 2008. p. 425-448. 1998.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análises, casos práticos. Editora Cengage. 2018.

6. Anexos

CARTA DE AUTORIZAÇÃO

EMEF Francisco Miranda
Trav. Elvira Serpa nº 260
São Borja, RS
97670-000
São Borja, 19 de dezembro de 2024.

Eu, GILMAR BRUM FARIAS, abaixo assinado, autorizo expressamente a utilização das informações fornecidas durante a entrevista realizada em 05 de dezembro de 2024 para fins de pesquisa e publicação no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado Políticas Públicas de Educação Infantil.

Esta autorização inclui:

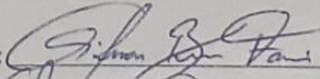
- Utilização de citações diretas;
- Referências às opiniões e experiências compartilhadas;
- Publicação do TCC em meios acadêmicos.

Aluna Entrevistada: Maisa Terezinha da Silva da Luz

Garanto que as informações fornecidas são verdadeiras e isentas de responsabilidade.

Gilmar Brum Farias
Diretor
Portaria N 2.164/2022

Esc. Munic. de Ensino Fundamental
Francisco Miranda
Decreto de criaçãoº 1380, 13-02-78
São Borja RS

Assinatura: 

Nome: Gilmar Brum Farias

Cargo/Profissão: Director / Professor

Data: 19/12/2024

CARTA DE AUTORIZAÇÃO

EMEF Francisco Miranda
Trav. Elvira Serpa nº 260
São Borja, RS
97670-000
São Borja, 19 de dezembro de 2024.


Eu, GILMAR BRUM FARIAS, abaixo assinado, autorizo expressamente a utilização das informações fornecidas durante a entrevista realizada em 05 de dezembro de 2024 para fins de pesquisa e publicação no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado Políticas Públicas de Educação Infantil.

Esta autorização inclui:

- Utilização de citações diretas;
- Referências às opiniões e experiências compartilhadas;
- Publicação do TCC em meios acadêmicos.

Aluna Entrevistada: Maisa Terezinha da Silva da Luz

Garanto que as informações fornecidas são verdadeiras e isentas de responsabilidade.

Assinatura: 

Nome: Rozane W. Sarivan

Cargo/Profissão: Professora

Data: 19/12/2024